

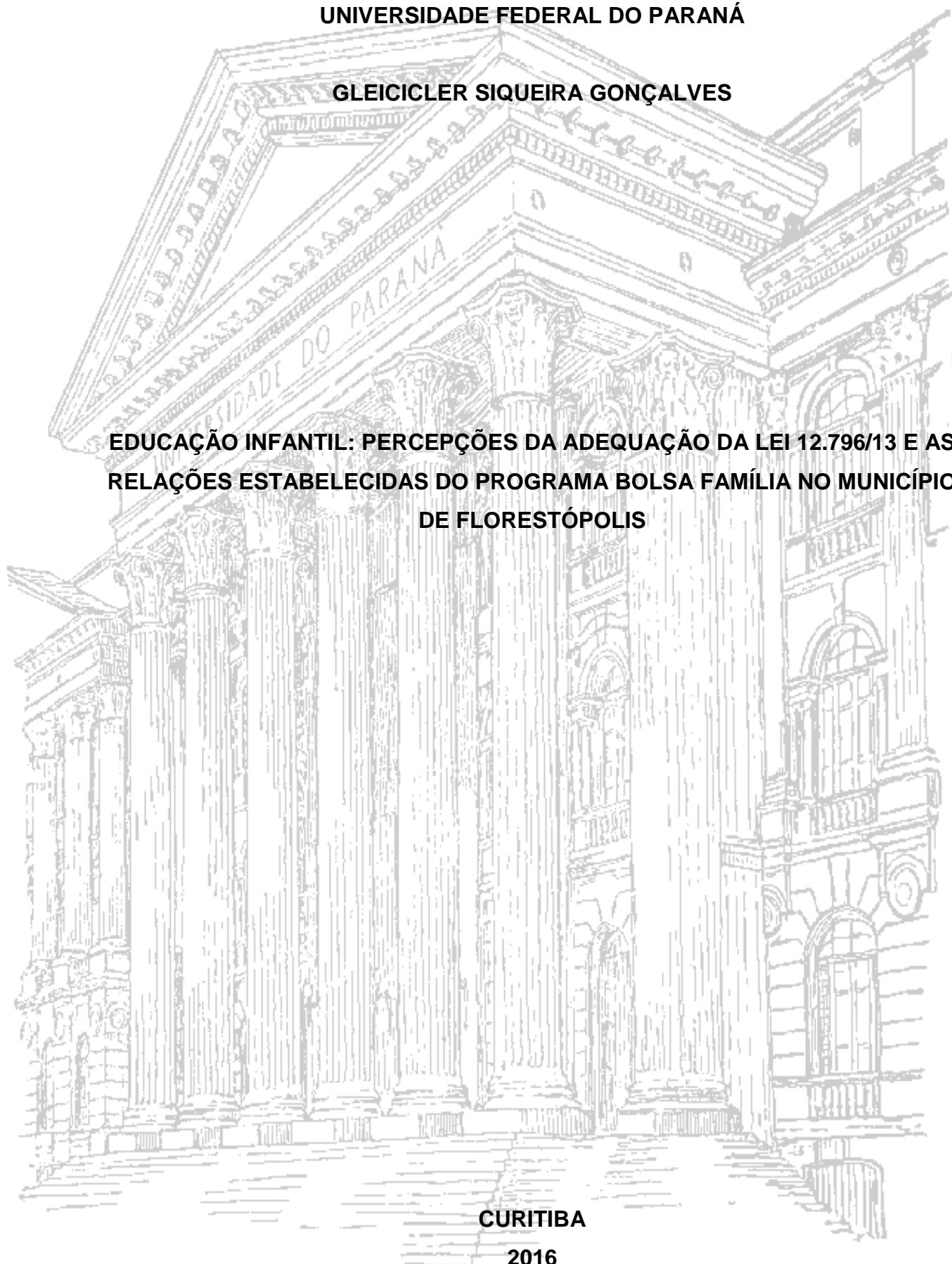
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GLEICICLER SIQUEIRA GONÇALVES

**EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DA ADEQUAÇÃO DA LEI 12.796/13 E AS
RELAÇÕES ESTABELECIDAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO
DE FLORESTÓPOLIS**

CURITIBA

2016



GLEICICLER SIQUEIRA GONÇALVES

**EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DA ADEQUAÇÃO DA LEI 12.796/13 E AS
RELAÇÕES ESTABELECIDAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO
DE FLORESTÓPOLIS**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lilian Costa Castex

CURITIBA

2016

EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DA ADEQUAÇÃO DA LEI 12.796/13 E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS

GLEICICLER SIQUEIRA GONÇALVES

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade demonstrar a partir desta obrigatoriedade da Lei Federal 12.796/13, como o Município de Florestópolis vem se adequando a esta norma. Apresenta uma análise dos desafios da implementação da obrigatoriedade escolar, na Educação Infantil, para crianças a partir de quatro anos de idade, investigando a situação atual das creches e pré-escolas, relacionadas ao trabalho pedagógico/administrativo e a relevância da frequência escolar para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os procedimentos metodológicos desse estudo são: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada, aplicada às diretoras dos CMEIS. Os autores que fundamentaram a minha pesquisa são Kramer (2006), Benevides (2012), Collares (1996), Pontes (1963), Mendonça (2014), Perrenoud (2001) entre outros. Os sujeitos da pesquisa são as diretoras dos cinco (05) CMEIS, totalizando todos os CMEIS existentes no município. Após as entrevistas com as diretoras foi possível concluir que a equipe de gestão dos CMEIS não atribui o Programa Bolsa Família destaque frente a outros programas institucionais que desenvolvem simultaneamente. Em suas narrativas expressaram que não é realizado nenhum trabalho educativo com as famílias beneficiárias nesse segmento de escolarização. Enfim o trabalho por tanto se resume em obrigatoriedade e o controle da presença das crianças na instituição, necessitando de profissionais aptos a atender a necessidade das mesmas sem levar em consideração suas características.

Palavras-chave: Educação Infantil. Programa Bolsa Família. Políticas Públicas e Sociais. Lei 12.796/12.

1 INTRODUÇÃO

O artigo pretende discutir alguns desafios da implementação da obrigatoriedade escolar na educação infantil para crianças a partir de quatro anos de idade, relevando a situação atual da oferta de creches e pré-escolas no município de Florestópolis e a importância da Educação Infantil com qualidade para o desenvolvimento integral da criança.

A maioria das instituições públicas que acolhiam as crianças pequenas deparava-se vinculada às Secretarias de Assistência Social, porém, este parecer para a Educação Infantil contemplou apenas a pré-escola. Conforme cita Kramer,

(...) uma situação bastante comum nas pré-escolas brasileiras – a de preparar as crianças para a 1.a série. A “preparação da prontidão”, como é chamada, não se constitui, entretanto, em uma tendência pedagógica da educação de crianças menores de 7 anos. Ela representa, na verdade, uma desconsideração quanto à especificidade dessa educação e uma espécie de “prolongamento para baixo” ou antecipação da perspectiva mais tradicional da educação de 1.o grau. Baseada em treinamentos, “preparação” visaria, assim, à “aceleração” (das crianças das classes médias) ou à “compensação de carências” (das crianças das classes populares). Tal forma de encarar a função da pré-escola pode ser encontrada tanto em muitas propostas “românticas” quanto em algumas cognitivas, principalmente quando as crianças se aproximam dos 6 anos de idade. Por não levarem em consideração os determinantes sociológicos e antropológicos do processo educacional, e por terem uma concepção da criança apenas como “futuro adulto” é que tais estratégias se voltam apenas à preparação. (KRAMER, 2003, p.24-25)

Perante a citação de Kramer, que evidencia uma concepção de criança restringida a um “vir a ser”, é o que dá crédito ao evento no qual o currículo básico aponta uma proposta regradada a partir das disciplinas escolares, propagar a forte tendência de escolarização previamente vivida nessa época.

Atualmente uma importante política pública foi inserida na educação escolar no Brasil, em abril de 2013 foi sancionada a Lei n 12.796, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Com ela veio várias mudanças, e a mais importante foi a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis em matricular seus filhos na escola a partir dos 4 anos de idade. E ainda como uma das principais mudanças desta nova Lei está a regra do controle de frequência na Pré-Escola, antes restrito aos Ensinos Fundamental e Médio. Passando a ser exigida a presença de 60% do total de horas na Pré-Escola. Esta Lei define que haverá avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o

objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino fundamental, mas sem reprovação nessa primeira etapa de Ensino.

Atualmente existe uma grande discussão sobre a importância dessa lei, pois a maioria da doutrina defende que esta nova lei veio somar, visto que é de suma importância à necessidade da criança frequentar o quanto antes a Educação Infantil, pois é nesta primeira fase escolar que a criança tem mais facilidade para aprender. Em contrapartida, tem-se muito questionado, se os profissionais e os CMEIS estão preparados, capacitados para receber esse público, pois a eficácia desta política educacional é garantida pela combinação dos seguintes fatores, consideração às características da criança, ambiente adequado a cada fase do seu desenvolvimento, profissionais preparados, socialização com indivíduos semelhantes e estímulo à criança. E principalmente direcionamento e apoio à educação familiar, pois são importantes atores nesta política.

Por meio desta definição que percebemos a importância do trabalho aqui proporcionado, o qual manifesta a preocupação com a base teórica e as possibilidades de atuação dos profissionais da educação neste nível tão importante da formação humana.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Política Nacional de Educação Infantil diz respeito à ampliação do atendimento de crianças de zero a seis anos e sua articulação em meio à confederação, união e municípios. O reconhecimento do estudo de marcos legais foram realizados, assim como documentos oficiais pertinentes à educação infantil, visto também a análise de dados quantitativos relativo ao atendimento. Por fim, expõe o desenvolvimento dessa Política atendimento no município de Florestópolis-Pr para entender seus desenvolvimentos no âmbito da política educacional municipal. Em termos legais, isto resultou em ações e políticas públicas para a infância voltadas para a melhoria na qualidade do atendimento, reconhecendo a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, estabelecendo as bases de formação do desenvolvimento pessoal e da socialização das crianças. Em 1996,

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) foi promulgada, fomentando as reflexões a respeito da educação e impulsionando a criação de outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Diante do conceito de Kramer (2006),

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Influenciados por orientações de agências internacionais e por programas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, documentos oficiais do MEC e pareceres do então Conselho Federal de Educação defendiam a ideia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar. (Kramer 2006, p.799)

Já nos anos 90 foi considerado pelas autoridades (especialistas, pesquisadores e militantes), o período da garantia de direitos às crianças na Constituição federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), bem como a aprovação de LDB (1996). Porém, como afirma Campos e Haddad (1992, p.19) não foram assegurados os direitos distinguidos para as crianças menores de sete anos. Foi considerado que não houve previsão orçamentária relacionada à fonte específica de financiamento da educação.

Benevides (2012) esclarece a distinção entre direito humanos e os direitos naturais:

Cidadania e direitos da cidadania dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um país, de um Estado, no qual uma Constituição define e garante quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em função de uma série de variáveis tais como idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal etc. Os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais no sentido de que eles estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídico-política. Daí, identificarmos cidadãos brasileiros, cidadãos norte-americanos e cidadãos argentinos, e sabemos que variam os direitos e deveres dos cidadãos de um país para outro. (BENEVIDES, 2012, p. 4).

Diante desta citação distinguimos que uma está ligada a outra, servindo como base para o raciocínio de que, todos os seres humanos partilham os mesmos princípios, independentemente de qualquer contexto ao qual se vive, seja ele histórico familiar ou social.

Para Collares (1996), Políticas Públicas tem a capacidade de diferenciar o público do privado:

Uma política é pública quando é de domínio público: quando é publicamente estabelecida, isto é, são explicitados a análise das diferentes necessidades, os instrumentos para sua percepção, os critérios para o estabelecimento de prioridades etc.; não apenas explicitados, mas submetidos à interlocução com os setores diretamente envolvidos com o seu campo de intervenção. Os projetos e ações que visam concretizar uma política pública devem igualmente ser objeto de análise, críticas e debates; para tanto, sua fundamentação teórica, seus objetivos reais, os resultados esperados e critérios de avaliação, sua forma de implantação, devem ser também de domínio público. (Collares 1996, p. 67).

Identificar política pública de política privada é diferenciar política pública como plano de governo. Esta delimita-se internamente em uma proposta que, se majoritária eleitoralmente, necessita modificar-se em política pública, porque não satisfaz a aprovação eleitoral de argumentos que a comunidade adote como suas as prioridades sociais pleiteadas por planos governamentais.

Todavia assegurou-se o direito de ter educação pública pelo Estado, de fato não concedeu as condições materiais objetivas para que este fosse concretizado.

2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa família é um programa de medida provisória que foi criado pelo governo Lula em 20 de outubro de 2003, depois da junção de programas remanescentes como o Cartão Alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás. Antes de expor o PBF (Programa Bolsa Família) no município de Florestópolis trarão algumas informações à cerca do andamento do programa, bem como as orientações e legislações e o que as constituem. O Programa Fome Zero foi incorporado a ele, após a constituição da Lei nº 10.836. O Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 explica que a finalidade do programa seria integrar cadastramento único do governo federal as metodologias administrativas e o cumprimento de ações de transferência de renda. Quando se fala em direito à renda às famílias que se encontravam em estado de extrema pobreza, o PBF introduziu um grande avanço.

A primeira delas refere-se ao alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. A segunda dimensão diz respeito ao reforço que o Programa Bolsa Família oferece ao exercício de direitos

sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações. Essa dimensão concretiza-se nas condicionalidades ou compromissos que as famílias devem cumprir para participarem do Programa. [...] A terceira dimensão do Bolsa Família, os chamados programas complementares são programas de geração de trabalho renda de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos, entre outros programas que podem ser ofertados pelas três esferas de governo e sociedade civil (BRASIL, 2006b, p. 7-8).

O PBF como um programa de transferência direta de renda que tem como intuito a acessibilidade à renda e aos serviços públicos visa também, a inclusão produtiva das famílias que se encontram com renda per capita inferior ao valor deferido pelo governo.

Em controvérsia a Lei 12.796/13, sancionada pelo governo, a diretora do CMEI do município de Florestópolis menciona que o agir pedagógico e administrativo já vem atendendo as necessidades das crianças, sendo este trabalho criativo, flexível, atendendo a individualidade e a coletividade. Quanto as ações desenvolvidas para assegurar o benefício ao Programa Bolsa Família não cabe a escola, pois a Educação Infantil de 0 a 5 anos não é obrigatória.

No contexto universal, o trabalho executado com famílias que recebe este benefício do PBF necessita procurar a assistência das mesmas por meio do auxílio na obtenção aos direitos sociais e às políticas públicas que dão acesso a esses direitos.

A noção de autonomia como a capacidade de cada sujeito dar conta de sua vida, dos cuidados necessários para que ele caminhe sem a necessidade de benefícios sociais, de aconselhamento e acompanhamentos pode induzi-lo a buscar saídas nele mesmo, em suas capacidades, potencialidades, inclusive do reforço de suas responsabilidades familiares e individuais, e não na luta pelo benefício como um direito, inclusive, universal, como dever do Estado de prover certo padrão digno de vida a todo cidadão, cujas condições são reflexos das desigualdades que afetam as relações familiares (TEIXEIRA, 2010b, p. 13).

De forma simples e concisa pode-se dizer que à luta dos cidadãos a procura de privilégios como direito coletivo, e como dever do Estado que garante um modelo básico para que as famílias possam complementar suas carências sociais.

A parcela mensal que o beneficiário do programa recebe é formada por vários tipos de benefícios, conforme o perfil da família beneficiária apontada no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal: a existência de gestantes; total

de crianças e adolescentes; renda mensal por pessoa da família; o número de integrantes.

2.3 EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL

Na primeira infância o cuidar e o educar vêm sendo discutido como um dos principais assuntos de governo. Nesta perspectiva, a infância foi sendo interpretada como fase da vida, onde são necessárias ações pedagógicas, para que as crianças e suas famílias sejam incluídas em uma vida de cidadania plena, considerando que as primeiras experiências da infância marcam o indivíduo. Esta etapa passou veicular os princípios éticos (autonomia, responsabilidade, solidariedade e do respeito), os princípios políticos (direitos e deveres de cidadania, criticidade e democracia) e os princípios estéticos (sensibilidade, criatividade, ludicidade, qualidade e diversidade artísticas e culturais).

A educação como direito social se contraria a ideia de educação como produto, de acordo, com aquela que favorece somente aos que são capazes de quitar. E apesar, de não ser abrangida como bem público, a educação consentirá aos sujeitos a aos seus interesses específicos, em nenhum momento terá qualidade compromissada com a sociedade.

A característica tem uma indiscutível à medida social e pública. O conceito de ensino como bem público e direito social é dever do Estado de garantir vastas possibilidades de oferta de educação de qualidade a todas as camadas sociais (Dias Sobrinho, 2004).

A igualdade republicana assegura a todos o direito de aceder ao saber, é próprio da cidadania o direito e o dever de todos a integrar-se construtivamente a uma sociedade regida por leis e orientada por projetos democráticos. Assim, dialeticamente, a instituição educativa se integra à vida democrática e republicana e a República há de ser o garante da existência da instituição pública de qualidade (Dias Sobrinho, 2004, p. 24-25).

Em questões democráticas contempla a educação, desigualdade, exclusão e inclusão social, não basta às chances de acesso e elaboração de vagas, além da inclusão de pessoas necessitadas economicamente, é importante que lhes sejam garantidos meios de estabilidade e de condições adequadas para os estudos.

O Referencial Curricular (RCNEI, 1998, p.27) também defende que a brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar

progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essa definição aplicada ao brincar modifica-se em um ambiente singular na educação infantil.

No direito à educação não é satisfatória ter somente previsão escrita. Garantir escola para todos deve ser contínuo, não somente em atos isolados de determinados governos ou nos discursos políticos.

Diante à Constituição Brasileira, o jurista brasileiro Pontes de Miranda, manifestava-se assim:

A ingenuidade ou a indiferença ao conteúdo dos enunciados com que os legisladores constituintes lançam a regra “A educação é direito de todos” lembra-nos aquela Constituição espanhola em que se decretava que todos “os Espanhóis seriam” desde aquele momento, “buenos”. A educação somente pode ser direito de todos se há escolas em número suficiente e se ninguém é excluído delas, portanto se há direito público subjetivo à educação e o Estado pode e tem de entregar a prestação educacional. Fora daí, é iludir com artigos de Constituição e de leis. Resolver o problema da educação não é fazer leis, ainda excelentes; é abrir escolas, tendo professores e admitindo aluno. PONTES DE MIRANDA, 1963, p. 210).

Falar sobre a educação e direito é complexo, pois, transpõe a apresentação do que é previsto em lei, tendo em vista que diversos artigos abordam este assunto, mas ir além do que é disposto em lei é saber e entender que há diversas contradições da realidade.

Segundo o artigo módulo II “Pobreza, direitos humanos, justiça e educação” do site <http://egpbf.mec.gov.br/> de Erasto Fortes Mendonça,

O grande desafio que envolve essa tarefa é o de resgatar, em tudo o que a escola e os sistemas de ensino fazem a possibilidade de recuperar a dignidade eminente de cada ser humano, indistintamente. Educar em direitos humanos é um imperativo para a construção de uma sociedade fraterna, onde as diferenças sejam respeitadas porque são parte da riqueza humana, onde a atenção incondicional é oferecida a todos(as), reconhecendo-os(as) como diferentes e semelhantes. (Mendonça, p37).

Promover a inclusão sem diferenças atribuídas a fatores sociais éticos ainda são afrontados, contudo a desigualdades a cerca deste problema, tornar a educação mais humanizada, onde se respeite as diferenças porque faz parte do tesouro humano todas as desigualdades reconhecendo-as como diferentes e semelhantes.

Com isso, a educação infantil ganhou importância como estratégia para construção do conhecimento, devendo nortear a prática pedagógica com as crianças, motivando à associação, a vivência, a imaginação, a criatividade e o raciocínio, acarretando em benefícios para a aprendizagem como um todo.

2.4 LEI 12.796/13: A MUDANÇA LEGISLATIVA ACERCA DA OBRIGATORIEDADE EDUCACIONAL

A Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, versa sobre a obrigatoriedade escolar, para as crianças de 4 anos de idade. Nesta mesma lei faz-se ainda a alteração do artigo 6 da LDB que menciona que, “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir de 4 anos de idade”. A obrigatoriedade no acesso à Educação Infantil caracteriza-se como um direito público subjetivo, com sua oferta obrigatória pelo Ente Público União.

A Proposta de Emenda Constitucional deu auxílio para elaboração de emenda constitucional nº59/2009 (Brasil 2009) alterando também a redação do art. 208 da Constituição Federal.

Art.208º O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I- Educação Básica obrigatória e gratuita de 4(quatro) aos 17(dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
[...]

IV- Educação Infantil, em creche e pré-escola crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Brasil 2009, p.

Esta Emenda constituiu ainda que:

Art. 211. A União os Estados e o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.
[...]

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Esta nova lei só veio acrescentar e solidificar esse direito devido à importância e a necessidade da criança frequentar o quanto antes a Educação Infantil, pois a escola trata de um espaço lúdico, onde as crianças aprendem da

forma mais interessante. Percebe-se como a brincadeira interfere de maneira favorável no processo de ensino/aprendizagem da criança, contribuindo para que esta se torne um cidadão apto a enfrentar os desafios impostos pela “sociedade” e fazendo deste cidadão um agente atuante para a construção de um mundo melhor. Tem-se no “brincar”, com isso, a importante ferramenta responsável por diversos ajustes no desenvolvimento da criança, uma vez que é através do lúdico que a criança organiza e reorganiza suas experiências, aprende a lidar com seus sentimentos, equilibra suas crises, constrói sua individualidade, e desenvolve sua marca pessoal/personalidade.

Pois nesta etapa muitos pais acham que a criança frequenta a escola só para brincar, mas, é justamente o contrário, pois esse brincar diferenciado que a criança conseguirá aprender e se desenvolver.

2.5 OFERTAS DE CRECHES, PRÉ-ESCOLAS E FINANCIAMENTO

As ofertas de educação infantil, no Brasil vêm sendo registradas por igualdades em acesso a relação à faixa etária, à etnia/cor, à localização, renda familiar e à escolaridade dos pais/responsáveis. Buscando condições mais favoráveis para um atendimento adequado a necessidades das crianças e de suas famílias visando à interação social.

De acordo com o poder público de Florestópolis os CMEI são projetados com a estrutura proposta do governo Federal. A adequação ao espaço físico para atender as crianças é adequada o suficiente para o atendimento das crianças. O município possui seis CMEIS que atende uma grande parte das crianças porem ainda não supre a demanda, pois a procura por vagas ainda é grande.

Condições favoráveis para melhor atender as necessidades das crianças e de suas famílias, abrangendo a educação infantil, e compreender que devido à intensa e rápida queda da fecundidade no país nos últimos dez anos, houve uma redução anual da participação de crianças, adolescentes e jovens no total da população brasileira.

A concepção do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Pró-Infância) agregada às metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, do MEC, como também às do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2),

antecipando a contribuição de recursos financeiros cerca de R\$ 7 bilhões, sugere a existência de condições para a conquista das metas de universalização da pré-escola e atendimento às creches no projeto do novo PNE, com o acompanhamento do programa viabilizado pelo acondicionamento de informações sobre a ação de atendimento no site do MEC, o que foi possível numa parceria IBGE/INEP.

Portanto, é necessário levar em conta as novas edificações realizadas e previstas nem sempre efetivam novas matrículas, no mesmo grau em que suprem construções antigas e precárias, nos municípios, absorvendo oferta já existente. Isso acrescenta à necessidade de investimentos diversos, com atenção especial a promoção e inclusão de crianças afrodescendentes, das áreas rurais e de famílias pobres e assim garantir universalização da pré-escola.

2.6 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

A formação dos profissionais é um fator fundamental quando se pensa em uma educação de qualidade. Por este motivo que sua regulamentação é tão ressaltada na legislação educacional.

A LDB estabelece regras com relação aos outros profissionais das instituições de educação infantil: graduação em Pedagogia ou pós-graduação em Educação, para os que atuam na coordenação pedagógica; formação em cursos de licenciatura plena em Educação *stricto sensu*, para os que atuam na direção; escolaridade mínima de Ensino Fundamental para os que trabalham na cozinha, limpeza e segurança.

Segundo os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil,

Professoras bem formadas, com salários dignos, que contam com o apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos demais profissionais – trabalhando em equipe, refletindo e procurando aprimorar constantemente suas práticas – são fundamentais na construção de instituições de Educação Infantil de qualidade (BRASIL, 2009, p. 52).

A formação prévia apropriada é indispensável à capacidade profissional daqueles que trabalham na Educação Infantil, a formação inicial e continuada é ideal para o desenvolvimento constante como profissionais, como cidadãos e como pessoas.

Diante deste compromisso com profissionais da educação, Perrenoud (2001) afirma que hoje em dia existe cerca de 50 competências categóricas, que se dividem em 10 grandes famílias:

1. Organizar e estimular situações de aprendizagem. 2. Gerar a progressão das aprendizagens. 3. Conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam. 4. Envolver os alunos em suas aprendizagens e no trabalho. 5. Trabalhar em equipe. 6. Participar da gestão da escola. 7. Informar e envolver os pais. 8. Utilizar as novas tecnologias. 9. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão. 10. Gerar sua própria formação contínua. (PERRENOUD, 2001, p.1-2).

O professor tem que ter o desejo constante de buscar, adaptar, inovar e criar atividades e estratégias adequadas às necessidades de cada indivíduo podendo melhorar ainda mais sua prática docente. Deve ter em mente a consciência da etapa tão importante para a vida escolar de qualquer criança.

Portanto a formação continuada constitui um dos aspectos fundamentais na valorização dos profissionais da educação, conforme o Artigo 67 da LDB, o qual determina que os sistemas de ensino devem assegurar, no magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
 II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
 III - piso salarial profissional;
 IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
 V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
 VI - condições adequadas de trabalho. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006, p.48)

A Deliberação 02/2005 também explicita que “a mantenedora promoverá aperfeiçoamento dos profissionais de Educação Infantil em exercício, de modo a viabilizar formação continuada” (Artigo 17). E ainda exige que a instituição apresente um plano de capacitação permanente dos profissionais da instituição no processo para autorização de funcionamentos.

Os programas que se propõem em equipar os estabelecimentos escolares com novas ciências tecnológicas não ponderam as dificuldades que o educador tem em manusear as novidades dos recursos tecnológicos. Associado a isso, seus conhecimentos são questionados ao serem coagidos a reorientar seus hábitos por avaliações externas que determinam as metodologias curriculares, processos didáticos e os aspectos de avaliação do ensino-aprendizagem. Assim, entendemos

que a centralidade do orientador no debate sobre a peculiaridade do ensino necessita ser consolidada a partir da exploração das suas competências e dos seus ambientes de participação na direção do seu trabalho e na gestão escolar como um todo.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos desse estudo são: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada, aplicada às diretoras dos CMEIS. Os autores que fundamentaram a minha pesquisa são Kramer (2006), Benevides (2012), Collares (1996), Pontes (1963), Mendonça (2014), Perrenoud (2001) entre outros. Os sujeitos da pesquisa são as diretoras dos cinco (05) CMEIS, totalizando todos os CMEIS existentes no município.

O objetivo deste trabalho Educação Infantil: percepções da adequação da lei 12.796/13 e as relações estabelecidas do programa bolsa família no município de Florestópolis é levar conhecimento ao leitor sobre as novas leis estabelecidas pelo governo federal, Lei n 12.796, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 e o Programa Fome Zero foi incorporada a ele, após a constituição da Lei nº 10.836 o Decreto nº 5.209.. A opção metodológica da pesquisa Fundamenta-se no método dedutivo e a combinação entre documentação direta e indireta nas técnicas de pesquisa

Nessa direção, para entender as relações estabelecidas do programa bolsa família e adequação de novas leis é necessária partir do pressuposto de que não bastam os valores, se faz necessária a integração social, política e educacional para o bom funcionamento das organizações. O Estado, que através de seus órgãos e entidades desempenha atividades política, administrativa, econômica e financeira é designado a exercer suas intenções básicas realizando as funções de instituir e dinamizar e por em prática a consumação dessas leis. A visão global dos assuntos tratados e a proposta do presente artigo proporcionam indicativos que poderá haver consequências de sua não aplicação.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa com as cinco diretoras dos CMEIS foi realizada por meio de questionários. A seguir apresento as questões formuladas e o que mais apareceu nas suas respostas

Questão 1 – Houve a necessidade de adaptação do trabalho pedagógico e administrativo após a inclusão da Lei 12.796/13 e o que está sendo feito para acompanhar e assegurar o benefício do Programa Bolsa Família destas crianças? Explique.

As respostas obtidas apresentam que não houve a necessidade de adaptação do trabalho pedagógico e administrativo. É feito um acompanhamento através da lista de nomes das crianças que são beneficiárias do Programa para a equipe da escola comprovar sim ou não a frequências das crianças. As informações são repassadas para a secretaria municipal de educação.

Questão 2 – A formação continuada do professor houve a inclusão de estudo da Lei 12.796/13 para referendar o trabalho com as crianças do Programa Bolsa Família? Justifique.

A partir dos dados empíricos conclui-se que os professores e a equipe da escola receberam orientações sobre a Lei 12.796/13 as mudanças importantes a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis em matricular seus filhos a partir dos 4 anos, exigindo a presença de 60% do total de horas na Pré-Escola.

Questão 3 – Houve a necessidade de adequação do espaço físico do CMEI para atendimento dessas crianças? Justifique.

Segundo as respondentes, no CMEI Paula Di Rosa não houve adequação do espaço físico realizou abertura de uma turma era nove turmas e passou a 10 turmas com aumento na quantidade de alunos por turno.

Questão 4 – Atualmente as vagas ofertadas estão sendo suficiente para suprir a demanda do Município? Justifique.

A pesquisa apresenta que no CMEI Paula Di Rosa todas as vagas foram preenchidas em 2016. Para atender a demanda do município deve-se construir mais CMEI e profissionais capacitados para trabalhar com as crianças.

Questão 5 – Qual o apoio que a equipe pedagógica esta dando a família destas crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família?

As investigações mostram que a equipe pedagógica orienta as famílias a importância das crianças frequentar diariamente a escola para um desenvolvimento pedagógico e social. Através da frequência da criança na escola a família continuara sendo beneficiária do Programa Bolsa Família

Segundo o que foi informado pela direção, a instituição encontra-se bem amparada, pois não houve necessidades de adaptações tanto do trabalho pedagógico como do administrativo bem como o espaço físico. Todas as informações sobre frequência escolar são repassadas para o Ministério da Educação.

Todos os profissionais da área foram orientados sobre a obrigatoriedade (Lei 12.796/13) dos pais a respeito do ato de matricular e manter a frequência de seus filhos na escola. A demanda do município não supriu suas necessidades, pois, existe uma carência de instituições e de quantidades de profissionais qualificados.

Todas as famílias são orientadas sobre a relevância do desenvolvimento da criança e sua necessidade de frequentar a escola diariamente, para um melhor aproveitamento cognitivo e social, e também para obter os repasses feitos pelo Programa Bolsa Família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as entrevistas com as diretoras foi possível concluir que a equipe de gestão dos CMEIS não atribuem ao Programa Bolsa Família destaque frente a outros programas institucionais que desenvolvem simultaneamente. Em suas narrativas expressaram que não é realizado nenhum trabalho educativo com as famílias beneficiárias nesse segmento de escolarização. Enfim o trabalho portanto se resume em obrigatoriedade e o controle da presença das crianças na instituição, necessitando de profissionais aptos a atender a necessidade das mesmas sem levar em consideração suas características.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos Humanos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012, p.4.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília, 2009, p.52. Brasília: MEC/SEB.

_____. **Emenda constitucional**. Nº. 59, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em: acessado no dia 04 de novembro de 2016

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil** —Brasília: MEC/SEF, 1998, 3 v. II p.27.

_____. **Secretaria Nacional de Renda de Cidadania**. Guia do gestor. Brasília: MDS, 2006b p.7-8.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº11.301. Brasília, 2006, p.48. Brasília: MEC/SEB

Campos, Maria M.; Haddad, L. **Educação infantil: crescendo e aparecendo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; São Paulo: Cortez Editora, n. 80, p. 19, fev. 1992.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **“Gestão democrática, política pública e educação continuada”**. Texto gerador do GT Educação Continuada. Textos Geradores e Resumos, pp. 65-69. IV Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores Águas de São Pedro, 1996, p.67.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p.24-25, 2004.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 2003, p.24-25.

_____. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental? Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, nº. 96 - Especial, p. 799, out. 2006, p.799.

MENDONÇA, Erasto Fortes <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo2.pdf> acessado no dia 04 de novembro de 2016.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para uma nova profissão**. Pátio: Revista Pedagógica, v.5, n.17, p.8-12, maio/jul. 2001.

PONTES DE MIRANDA. **Comentários à Constituição de 1946**. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1963, t. IV (p.210).

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho social com famílias na política de assistência social: elementos para sua reconstrução em bases críticas.** Serviço Social em Revista, Londrina, v. 13, n. 1, p.13, jul./dez. 2010b, p.13.